

“CIDADE NERVOSA”: APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO CENTRO DO PLANO PILOTO POR TRAVESTIS E GAYS (1970-1985).

“NERVOUS CITY”: APPROPRIATION AND RESIGNIFICATION OF THE PLANO PILOTO CENTER BY TRANSVESTITES AND GAYS (1970-1985)

Alexandre Magno Maciel Costa e BRITO

<profaleh@gmail.com>

Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília UnB (PPGHIS-UnB), Brasília, Brasil
Professor de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, Brasil

<https://lattes.cnpq.br/9307619143705005>

<https://orcid.org/0000-0002-9094-638X>

RESUMO

Neste artigo, abordo a apropriação e resignificação da área central do Plano Piloto de Brasília por travestis e *gays* a partir das presenças e dinâmicas sociais estabelecidas no centro da capital do Brasil: Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, Setor de Diversões Sul (SCS), conhecido como CONIC, e o Setor Comercial Sul (SCS). Para essa análise, apresentarei três episódios que marcam a presença desses grupos nessas localidades, ambos publicados no Correio Braziliense entre os anos de 1970 e 1985. Eles colaboram com o entendimento das representações negativas (criadas artificialmente), sobre *gays* e travestis, que estigmatizam suas existências, territórios e autoriza as múltiplas violências contra essas pessoas. Essa reflexão usará como lente as seguintes teorias: “práticas de espaço ou espaços praticados” (Michel de Certeau); “territorialidades itinerantes” (Néstor Perlongher) e “estigma e comportamento desviante” (Gilberto Velho).

PALAVRAS-CHAVE: *Gays*; Travestis; Apropriação; Espaço; Estigmas.

ABSTRACT

In this article, I approach the appropriation and resignification of downtown Plano Piloto de Brasília by transvestites and gays from the presence and social dynamics established in the center of the capital of Brazil: Central Bus Station of Plano Piloto de Brasília, Setor de Diversões Sul (SCS), known as CONIC, and Setor Comercial Sul (SCS). For this analysis, I will present three episodes that mark the presence of these groups in these locations, both published in the Correio Braziliense between 1970 and 1985. They collaborate with the understanding of negative representations (artificially created) about gays and transvestites, which stigmatize their existences, territories and authorize the multiple violence against these people. This reflection will use the following theories as a lens: “practices of space or spaces practiced” (Michel de Certeau); “itinerant territorialities” (Néstor Perlongher), and “stigma and deviant behavior” (Gilberto Velho).

Keywords: Gays; Transvestites; Appropriation; Space; Stigmas.



1. INTRODUÇÃO

Pensar a sociabilidade de *gays* e *travestis* no centro de Brasília, nos coloca entre a cidade planejada e a cidade vivida. As múltiplas experiências vivenciadas na capital (1970-1985) foram fundamentais na construção de uma nova identidade ao lugar, sobretudo, quando nos referimos à comunidade LGBTQIA+. Assim, o pensamento fundante da capital e a cidade que se constitui a partir da apropriação e construção de seus novos sentidos comportam tensionamentos e experiências peculiares no entendimento dos espaços.

Brasília é muito mais do que um centro administrativo planejado, cujos principais aspectos de sua ocupação seriam apenas o trabalho, cultura e moradia. Por essa razão é necessário repensar essa cidade e a narrativa construída sobre ela, que traz um caráter de organização e harmonia quase que utópicos e irreparáveis, algo distante de sua realidade. Este afastamento entre a realidade e as narrativas que envolvem esses espaços apontam para uma cidade que foge ao controle discursivo de sua criação. Esta questão está presente nas declarações de Lúcio Costa décadas depois de ter seu projeto vitorioso no “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”. Ao se referir à Rodoviária, em alguma medida, ele aponta para uma Brasília transformada e em movimento, ainda que de forma poética e longe da realidade cotidiana:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o "centro de compras" então, fica funcionando até meia noite. Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil. E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi



menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído. (MADSON; VASQUES; RIBEIRO, 2018, p. 12)¹.

O projeto vencedor vislumbrou uma Brasília funcional e bem articulada, o que fomentou uma expectativa de que ela seria a menina dos olhos da modernidade brasileira. Ela trazia em si a esperança de prosperidade e a possibilidade do encontro entre o centro, a periferia e seus moradores. É a partir desse encontro que a cidade se redesenha. A maneira como Lúcio Costa se refere à rodoviária da capital inicialmente, evidencia que ele não imaginava que o que estava ali era uma Brasília-contradição. Essa relação entre centro e a periferia não é passiva, é como se fosse uma perturbação sobre a superfície da água quando lançamos algum objeto no seu interior, algo que se propaga de dentro para fora. A sua população de excluídos fazia emergir sua própria Brasília por meio de suas identidades, necessidades materiais e políticas ao acessar seu interior.

Essa percepção de que a cidade de alguma forma escapara do projeto inicial, ainda que permaneça a chave de uma narrativa poética, há uma prevalência das pessoas enquanto protagonistas dessas mudanças. Sobre a cidade Pechman no lembra que,

Todos os afetos estão na cidade. Ódio, paixões, vergonhas, compaixões, ressentimentos, desejos. Quanto mais a cidade puder absorver esses afetos, mais densamente humana ela vai se tornando. E quanto mais complexos forem esses afetos e mais variada a rede de relações humanas e sociais, tanta maior elaboração será necessária à decodificação de seu sistema de valores e à sua representação. Assim, felizes ou infelizes, pouco importa dividi-las nessas duas categorias, o que conta mesmo é se as cidades conseguem cancelá-las. (KUSTER, PECHMAN, p. 17-18).

As experiências no centro do Plano Piloto entre os anos 1970 e 1995 parecem não pertencer às narrativas “poéticas” sobre Brasília. Isso fica mais evidente quando lançamos nossos olhares à presença de *gays* e travestis na ocupação territorial. Na medida em que esses grupos se estabeleciam, na maioria das vezes durante a noite, essa parte da cidade se transformava. Vale ressaltar que no imaginário social e nos meios de comunicação de massa, com destaque ao Correio

¹ Este trecho compõe a reedição do Relatório de Lucio Costa para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, acompanhado do Edital do Concurso e da apreciação do júri, onde o corpo de jurados apresenta suas motivações para a escolha dos premiados. Esse trabalho é resultado de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.



Braziliense, o que prevalecia sobre esses territórios era o estigma de local voltado ao tráfico, uso de drogas, violento, imundo, um verdadeiro antro de marginais e perversos.

Essas tensões acerca do centro do Plano Piloto têm raízes nas próprias transformações vivenciadas no Distrito Federal em suas primeiras décadas. Vale ressaltar que os impactos da explosão demográfica na região têm relação com o processo migratório que atraiu gente de todos os cantos em busca de melhores condições e impactaram com o distanciamento do plano urbanizador. O próprio Lúcio Costa ao se referir à rodoviária central da capital, décadas após a sua inauguração, reconheceu como a cidade se moldou com a chegada desses novos moradores: “Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil”. Sobre os impactos dessas migrações, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) traz os seguintes dados:

Nos anos compreendidos entre 1960 e 1970, outras áreas foram sendo ocupadas, seguindo demandas emergenciais, sem a existência de planejamentos prévios, a exemplo de Taguatinga, Sobradinho e Núcleo Bandeirante. Entre meados das décadas de 1970 e 1980, a ocupação do DF foi marcada pelo adensamento e expansão das cidades existentes, mediante manutenção do polinucleamento inicial e de cinturões ambientais, além da intensificação da ocupação em loteamentos precários. Nos anos finais da década de 1980, teve início uma fase de explosão demográfica; distribuição de lotes propiciando o surgimento de novas cidades como Santa Maria e Recanto das Emas e, também, de proliferação de loteamentos clandestinos, satisfazendo interesses daqueles que não foram beneficiados pela distribuição de lotes públicos. (GONÇALVES; ANDRADE; VALVERDE; ROSA, 2015, p. 17-18).

Embora não seja uma informação presente no documento, é importante ressaltar que o volume de pessoas cada vez maior nas décadas de 1970 e 1980 tem impactos nos lugares de sociabilidade homossexual e de travestis em vários aspectos, sobretudo, na presença de camadas mais populares no centro da capital. Quando a gente pensa sobre essas novas ocupações dos espaços da região central de Brasília, é preciso levar em consideração que outros sentidos se incorporam a cidade. É a partir da relação entre apropriação e resignificação espacial que os espaços se lançam à múltiplas possibilidades, resultando naquilo que Michel de Certeau denominou “práticas do espaço”.

Práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica



de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 2009, p. 159).

A palavra transumante, cujo significado é migração, aponta para uma cidade em pleno movimento e que se transforma cotidianamente. No caso específico de Brasília, é importante ressaltar que para além do movimento de pessoas que vinham de outras regiões do país, há o deslocamento interno daqueles indivíduos que partem de vários pontos do Distrito Federal rumo ao centro, sobretudo durante a noite. A ocupação noturna de espaços como a Rodoviária do Plano Piloto, Conic e Setor Comercial Sul estão diretamente ligadas às sociabilidades de *gays* e travestis, logo, essas apropriações transformam todos os dias as configurações dos espaços através de suas “territorialidades itinerantes”. Dentro desse processo, vários aspectos se intersectam: moradia, mobilidade, trabalho, condição econômica, raça, classe social e gênero.

Mesmo retornando à sua dinâmica de funcionamento todas as manhãs, as vivências noturnas são fundamentais a esses espaços, pois se incorporam ao lugar como um “acontecimento urbano” que faz parte da realidade da cidade, como define Pechman:

Ora, por acontecimento urbano estou entendendo mais do que uma simples irrupção da novidade espetacular, própria da cotidianidade, no tecido da cidade. Estou entendendo, por acontecimento urbano, aquilo que vem do cotidiano, mas que se articula com o repertório da cidade, ou seja, aquilo que cai no imaginário da cidade e passa a fazer parte das histórias que a cidade conta. Melhor dizendo, é acontecimento urbano aquilo que, ao cair em solo urbano, germina e floresce, se legitimando enquanto fator urbano e passando a fazer parte do repertório do sujeito a cada experiência em que ele é convidado a mobilizar sua subjetividade, que está completamente entrelaçada às “objetividades” da vida pública. (PECHMAN, 2014, p. 128).

A presença de *gays* e travestis no centro da Capital representa uma ameaça à moral, bons costumes e interesses empresariais (do comércio ao mercado imobiliário). Estas questões compõem o documentário “Branqueza, Ordem e Concreto”, de Alexandra Martins, Elisa Matos e Pedro MacDowell. Embora esse trabalho se refira a um período posterior ao ano de 1995, ele abre a possibilidade de se pensar alguns elementos incorporados à cidade, ao mesmo tempo em que se estabelece um diálogo com o passado do local registrado nas fontes pesquisadas.



“Branqueza, Ordem e Concreto” é um trabalho que tem como pano de fundo uma forte campanha higienista por meio da “Operação de Moralização das Áreas Públicas”, ocorrida no Setor Comercial Sul de Brasília, durante o governo de José Roberto Arruda, em 2010. Os agentes do Estado justificam essas operações de forma a repetir discursos recorrentes em qualquer período da história recente quando se trata de ambiente de prostituição de travestis: lugar do perigo, marginalidade, violência e imoralidade.

Sobre isso, um dos responsáveis pela operação afirma que é uma tentativa de “desestabilizar o crime organizado” e afirma que se trata de um espaço ocupado por “gente sem identidade”. Ele traz para sua narrativa a pauta moral: “ataque ao pudor” e “gente que não está de acordo com a sociedade”. Essa ação truculenta por parte do governo se embasa em algumas questões estruturais: cisheteronormatividade, transfobia associadas ao racismo e discursos de classe. Esta construção narrativa questiona de forma veemente a presença de travestis nos espaços públicos no centro do Plano Piloto.

Na medida em que o documentário traz os relatos das travestis sobre a operação, essas violações ficam cada vez mais em voga. Vale destacar aqui que elas reclamam sobre a associação de suas figuras à AIDS, das detenções com ou sem documentos de identificação e de outras violências. Uma delas faz o seguinte relato:

“Muitas vezes tem preconceito pelos policiais, civil e militar. Tem preconceito de várias partes, acho que mais por parte dos policiais militar e civil, tem preconceito, agredir, agredir fisicamente e verbalmente. Os policiais chegam, pede para revistar a bolsa, a gente mostra, qualquer coisinha que a gente fala, a gente tem que calar a boca, se não calar a boca a gente apanha, leva cassetete na bunda, onde eles veem que tem que dar, eles dão, dão tapa...”²

Esse trecho da fala de uma das travestis é de grande relevância por alguns motivos: primeiro porque se trata de travestis falando de si e de seu grupo, o que denota autoridade sobre suas experiências; e depois, por relatar dura realidade de quem “faz vida” no Setor Comercial Sul para garantir a sua sobrevivência. A forma como ela expressa o comportamento dos policiais

² O seguinte trecho, extraído do documentário “Branqueza, ordem e progresso”, corresponde à uma “transcrição exata” do depoimento de uma das travestis. Nesse sentido, preservei a forma como meio de apreender um pouco mais sobre a realidade vivida no Setor Comercial Sul de Brasília.



militares e civis com seus atos truculentos, mostra como essas atitudes são semelhantes à tortura. Ela conta que em determinado momento chegam a bater com o cassetete na região da bunda, parte do corpo muito sensível. É preciso lembrar que a transformação das nádegas das travestis, quase sempre demandam o uso exagerado de silicone industrial, o que certamente provoca muita dor e desconforto. Trata-se aqui de uma violência de Estado que é institucionalizada e pautada na anulação dessas pessoas. Mais que um relato, temos uma denúncia sobre violação dos Direitos Humanos.

As cenas retratam um tipo de opressão espetacularizada, como se fosse uma justificativa à sociedade de que o Estado está agindo para manter o território limpo, quando na verdade é uma violação de direitos básicos às custas de pessoas inocentes vítimas de humilhação autorizada e institucionalizada pelo Governo do Distrito Federal. Por outro lado, em contraponto à operação policial, temos grupos que resistem às violências específicas à comunidade homossexual e de travestis no DF, algo constante nessa região. Ao contrário do estigma da barbárie na qual são submetidas pela sociedade, elas clamam por justiça, se identificam como sujeitos de direito, reivindicam cidadania e exigem respeito. Uma das meninas relata a conduta de policiais, como pessoas que “consomem prostituição” e se sociabilizam. Parafraseando um ditado popular: fora dessas operações espetacularizadas todo gato é pardo. Sobre esse episódio, ela relata:

Nessa guarita aí, os meninos vendem droga aí, eles vão pegar o dinheiro e ainda pegam uma droga e vão fumar, lá dentro mesmo, ficam jogando truco, jogando cartas bem aqui mesmo, aqui, eu provo na cara deles, que eles ficam jogando aí, e ainda saem com a gente.³

O que fica evidente nesse episódio relatado, é que muitas vezes essas pessoas, mesmo desrespeitadas, têm seus corpos desejados por agentes do Estado, porém, submetidas às relações de poder. Aquele policial da “Operação de Moralização de Áreas Públicas” que agride, rouba e intimida ao fazer uso da força para tomar o dinheiro, muitas vezes é o mesmo que deseja esses

³ O seguinte trecho, extraído do documentário “Branqueza, ordem e progresso”, corresponde à uma “transcrição exata” do depoimento de uma das travestis. Nesse sentido, preservei a forma como meio de apreender um pouco mais sobre a realidade vivida no Setor Comercial Sul de Brasília.



corpos, algo comum nos estudos sobre a presença de militares nas regiões de prostituição no centro de Brasília.⁴

A referência trazida pelo documentário abre caminho para se pensar nas continuidades de certas práticas no centro do Plano Piloto, sobretudo, porque dialoga com as narrativas referentes às apropriações dos espaços da capital. Por essa razão, é fundamental a observação dos episódios apresentados pelo *Correio Braziliense*, já que trazem elementos caros à essa pesquisa, tanto no que diz respeito aos grupos que se fazem presentes nas Rodoviária do Plano Piloto, CONIC e Setor Hoteleiro Sul, quanto na construção e afirmação de suas representações negativas por parte de alguns posicionamentos trazidos pelo jornal ou pelas ações truculentas do Estado a partir de algumas instituições.

2. A PRESENÇA DE GAYS E TRAVESTIS NO TRIÂNGULO MAIS QUENTE DO PLANALTO CENTRAL

Na medida em que aprofundamos na apropriação e ressignificação do centro da cidade, o que se vê é um novo desenho da urbe com suas inúmeras formas de ocupação. Para dar seguimento às reflexões sobre essas múltiplas possibilidades de construção do gueto homossexual e travesti em Brasília, universo simbólico e os desdobramentos dessa presença enquanto agentes transformadores da realidade social, trago três episódios veiculados no *Correio Braziliense* entre os anos 1970 e 1980.

Em 10 de dezembro de 1975, o *Correio Braziliense* em sua Edição 04730, traz uma matéria intitulada “Lei Seca da Rodoviária”⁵. Trata-se de uma reportagem com o superintendente da Estação, cujo nome é Mário Caldeira. Esse servidor é o responsável por medidas que seriam tomadas na Rodoviária para barrar a presença de grupos que impediam que o lugar fosse adequado à comunidade. Logo no início da reportagem, chama a atenção um questionamento feito pelo próprio superintendente: “Você deixaria sua mãe, sua irmã ou sua namorada irem à Rodoviária após

⁴ Em 2017 o *Correio Braziliense* trouxe reportagens com base em documentos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que tratavam de ligações entre instituições públicas de segurança e a prostituição em Brasília. É uma espécie de dossiê intitulado “Brasília confidencial. Os documentos utilizados tiveram seus sigilos derrubados em 2016 e foram disponibilizados para consulta pública pelo Arquivo Público do Distrito Federal.



as 10 horas da noite?”, indagação corroborada pelo repórter que dá razão ao questionamento, afirmando que antes das 10 horas da noite a Rodoviária já se apresenta como um dos lugares mais perigosos de Brasília.

O repórter afirma que pessoas que frequentam a rodoviária correspondem a uma “estranha população noturna de mendigos, bêbados, prostitutas, pederastas e ladrões de toda espécie tornando insuportável o ambiente para quantos estão ali apenas em trânsito.” Nesse sentido, quando observamos a maneira como a rodoviária aparece nas narrativas presentes nessa matéria, é perceptível que superintendente e seu entrevistador comungam da mesma opinião.

É óbvio que existem problemas na rodoviária, mas isso não quer dizer que os problemas têm suas raízes no terminal e que se encerram nele, o que traz um caráter estrutural, algo que evidencia o abandono das pessoas e a desigualdade social. O termo “estranha população” carrega uma carga de excludência, porque se refere às pessoas como gente que não pertence ao espaço, um objeto estranho que não deveria estar ali e por essa razão o tratamento desumano com essa população.

O comportamento higienista em discursos semelhantes ao do superintendente e do repórter é algo recorrente. Na prática, essas narrativas também estão presentes nas tentativas de resolver as adversidades do local sem levar em consideração as incertezas das pessoas, e isso acaba tendo outros desdobramentos, entre eles, a responsabilidade atribuída aos grupos que circulam na rodoviária à noite. O próprio repórter ao passar a noite ali, classifica o lugar como “mundo-cão”, porém, pondera que depois da Operação Arrastão das Forças Armadas no local houve grande melhora. Isso é uma clara defesa do uso de truculência do Estado para conter a presença de pessoas consideradas impróprias ao lugar.

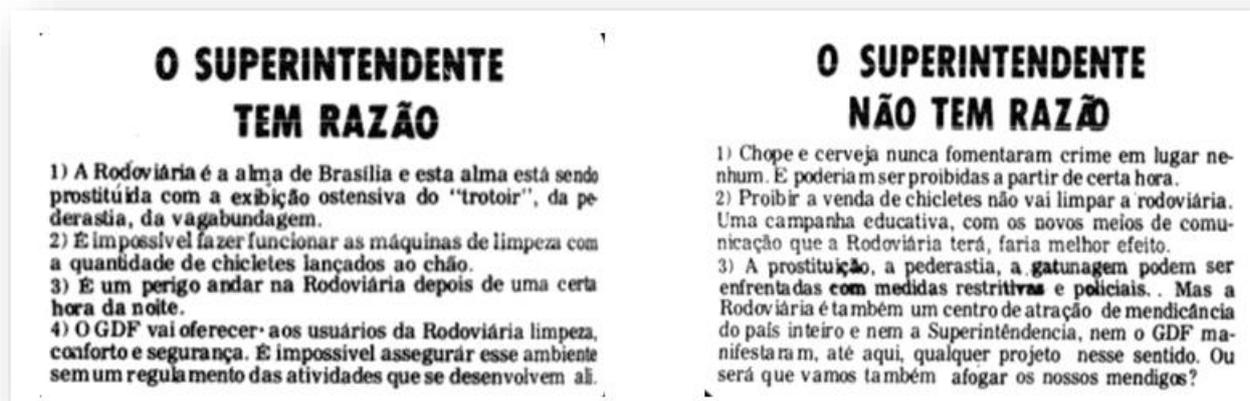
Naquele período, a movimentação da Rodoviária do Plano Piloto, já era muito intensa. Segundo Caldeira, ela recebia por volta de 150.000 pessoas por dia, logo essa movimentação tornava o espaço adequado à sociabilidade e prostituição. O terminal é praticamente uma cidade em movimento constante e por isso apresenta características propícias a certas vivências. Eles não souberam lidar com essas presenças na rodoviária e ao atacar as pessoas que são excluídas pela sociedade, como estratégia de ter a chancela da população, provocou danos econômicos aos

comerciantes, que tiveram seus negócios atingidos pela intervenção na estação rodoviária devido a tomada de decisões equivocadas.

Dentro desse contexto, a matéria expõe algumas opiniões relacionadas às medidas tomadas pelo superintendente Caldeira na Rodoviária. Para algumas pessoas elas agradaram, sobretudo, no que diz respeito à “deterioração” do terminal, porém, há aqueles que afirmam que elas prejudicaram os comerciantes locais, principalmente pelo perfil arbitrário. Nesse sentido, não houve medidas que pudessem contribuir com os grupos minoritários que frequentavam a rodoviária durante as noites, até porque eles eram o problema, segundo Caldeira e o jornalista do Correio Braziliense.

Há uma avaliação no jornal por meio de dois quadros – “O superintendente tem razão” e “O superintendente não tem razão” – que corrobora com o entendimento de que há um alinhamento de opiniões sobre os usuários do terminal. Estes quadros apontam para questões relevantes da estrutura e do modo como *gays* e travestis se localizam nas narrativas que partem da administração do lugar, da sociedade e do próprio Correio Braziliense.

Figura 1 – Rodoviária: um alma prostituída!



Correio Braziliense - Edição 04730, 10 de dezembro de 1975, p. 14.

O fato de ambos defenderem a intervenção no espaço, mostram o quanto a opressão sobre esses grupos é estrutural, ou seja, não há escapatória para essas comunidades, pois a



opressão ultrapassa os espaços físicos do lugar. A impressão deixada é que as pessoas circulam o dia inteiro, mascando seus chicletes, dispensando suas gomas sem açúcar por todo o terminal rodoviário, entre pobres maltrapilhos, “pederastas” e marginais. Se o entendimento for nessa direção, faz sentido limpar a rodoviária, a começar pelas pessoas que representam o que há de mais imundo no lugar, segundo o pensamento do superintendente. Agora, se a intenção for transformar a rodoviária em um lugar descente, seguro e agradável, o jeito é se livrar das pessoas que representam perigo, permissividade e imoralidade para o espaço do terminal, segundo a opinião do jornal e de parte da comunidade. Em ambos os casos, a população que ocupa a Rodoviária representa o problema que tanto incomoda o superintendente, o repórter e as pessoas de bem. Em outras palavras, livrar-se dos indesejáveis representa a solução.

Quando a gente observa o quadro “O superintendente tem razão”, ficam evidentes dois termos que ligam profundamente *gays* e travestis aos problemas do terminal: a palavra “*trottoir*” – como referência à prostituição – e “pederastia” – comumente usada para se referir a esses grupos. Com relação a esse último, o Correio Braziliense nas décadas de 1970 e 1980 faz uso constante da expressão para se referir aos homossexuais masculinos e travestis, ou para designar a relação sexual entre essas pessoas (coito anal). Em muitos casos, por exemplo, o termo pederasta vem acompanhado da denominação “passivo”, para se referir aquele que é penetrado durante uma relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, ou “ativo”, o que penetra. Não se trata de afirmar que essas denominações são exclusivas do jornal, tendo em vista que as mesmas são usadas de forma reiterada pela sociedade naquele período.

É preciso reforçar que a carga negativa imposta sobre o termo pederastia, usado de forma jocosa e pejorativa em relação à *gays* e travestis, na maioria das vezes aparece associado a outras expressões fortemente carregadas de marcas negativas: vadiagem, corrupção, marginalidade, crimes e aberrações. Isso algo tão forte e apelativo que atravessa a sociedade de forma indiscutível, a ponto das pessoas defenderem que pessoas não devem existir, ou que suas identidades e presenças são casos de polícia. É o que está presente no segundo quadro – “O superintendente não tem razão” –, que além de se referir à “prostituição” e “pederastia”, por sugestão do próprio jornal, sugere-se que se resolva o problema – a presença de *gays* e travestis – por meio de medidas restritivas e policiais.



A dimensão dessas existências que ocupam a Rodoviária do Plano Piloto e as páginas do Correio Braziliense têm o peso de um delito, a ponto de se insinuar o uso do aparato repressor do Estado. Por outro lado ela também representa a imundície que precisa ser varrida do terminal rodoviário, para que mães, irmãos ou namoradas, possam passear tranquilamente no lugar depois das 10 horas da noite. Este “passear tranquilamente” parece soar como um deboche e se torna ainda pior quando pensamos nos chicletes espalhados pelo chão da Rodoviária do Plano Piloto.

A segunda matéria que embasa esse artigo foi publicada no Caderno Policial do Correio Braziliense, Edição 06229 do dia 28 de fevereiro de 1980 e trouxe a seguinte reportagem: *“Homossexual denuncia o golpe do cheque noturno”*. Segundo o jornal, esse caso aconteceu nas redondezas do Hotel Nacional, no Setor Hoteleiro Sul - SHS, centro do Plano Piloto de Brasília, região que conta com a presença constante da prostituição. A reportagem traz questões relacionadas às dinâmicas de apropriação do espaço por homossexuais e travestis, as tensões cotidianas oriundas dessas atividades – sociabilidade e prostituição – e as opressões que colocam essas pessoas em situação de descrédito, violência e fragilidade.

A matéria é sobre um golpe comumente aplicado nas noites de Brasília contra homossexuais, travestis e prostitutas. Essa história inicia seu enredo, quando Charla Le Clerry procura a sede do jornal Correio Braziliense para fazer uma denúncia contra um funcionário do Banco Regional de Brasília (BRB), o bancário José Vieira. O golpe consistia na tentativa de “passar a perna” em Charla e não pagar um programa que fizera com ela. A partir daí, José acaba se envolvendo em uma tremenda confusão, que se tornara pública, para além dos espaços do banco onde trabalhava. Para piorar sua situação, o caso ganhou destaque no jornal de maior circulação do Distrito Federal, o Correio Braziliense. Segundo a vítima:

Sábado último, à noite, “eu fazia *trottoir* em frente ao Hotel Nacional, quando ele parou perto de mim. Eu lhe disse que era boneca e que meu caso era dinheiro. Tudo bem. Nós fomos fazer um “programa” no estacionamento do prédio do INPS. Foi um programa super-inteirado [...] Já de volta ao Hotel Nacional, após o “programa”, ele me perguntou quanto eu queria. Falei que era Cr\$ 2.000,00. Ele disse que era muito caro. Então lhe disse que caro é o custo de vida e a inflação. Aí ele concordou, mas só tinha Cr\$ 200,00 e assinou um cheque de Cr\$ de 1.800,00, dizendo que o cheque não teria problemas porque ele é bancário e que eu poderia descontá-lo numa boa”. (CORREIO BRAZILIENSE, Edição 06229, 1980, P. 17).



A relato de Charla nos mostra que aquilo que parecia ser um programa rotineiro e sem contratempos, virou uma dor de cabeça no momento de sacar o dinheiro. Um cheque sem fundo, uma travesti humilhada por um bancário golpista em uma agência bancária e uma revanche sem tamanhos. As medidas tomadas por Charla estão presentes em dois momentos: quando ela vai ao trabalho do bancário cobrar a sua dívida e depois ao procurar o jornal para denunciar toda a história, incluindo aqui, o que aconteceu no Banco Regional de Brasília (BRB), conhecido atualmente como Banco de Brasília.

Segundo “Charla Le Clerry”, ao chegar na agência do BRB, “vestido de homem”, deparou com José Bancillon Vieira no caixa. “Ao invés de pagar meu dinheiro, ele alegou que não me conhecia, que sou doída, e ainda falou com o gerente” – conta o homossexual. Ele queixa-se, ainda, de ter sido “destratada e humilhada” na agência bancária, acabando por ser expulso pelo guarda de segurança, “porque José Vieira alegou que o cheque é roubado”. (Ibidem).

A forma de deslegitimar Charla Le Clerry no momento em que cobra o dinheiro do programa parece fazer parte de um repertório muito comum na sociedade, sobretudo, para descredibilizar travestis. Ele submete a vítima ao desrespeito, humilhação, acusações de roubo infundadas que resultam na sua retirada do local por seguranças do próprio banco. Situações como essa mostram que muitos homens aplicam seus golpes sobre travestis e homossexuais porque entendem que são pessoas cujas palavras terão valor. É uma comunidade que mesmo sendo vítima, quando entra em uma delegacia para registrar uma ocorrência, já entra sob suspeita, por isso muitas delas não levam adiante suas reclamações.

Nesse sentido, as palavras de Charla nos ajudam a entender a estrutura da violência aplicada: toda essa situação começa em um acordo, um programa aparentemente interessante em que as partes saem realizadas, depois se descobre que se tratava de um golpe, cujo o desdobramento é violência e opressão. Ser enganada representou um grande transtorno para ela, mas sem dúvidas, o tratamento recebido foi a gota d’água para que a situação saísse do controle. Sobre essa questão, o peso da acusação de que ela seria doída, mentirosa e ladra certamente deu o tom do que aconteceria naquela agência bancária e posteriormente na denúncia feita ao jornal. Homens utilizam termos como “loucura” e “histeria” para desqualificar o comportamento feminino, o que torna essa prática machista bem recorrente.



O mesmo acontece com a acusação de roubo, que certamente fez Charla perder a cabeça, porque as pessoas não querem sofrer acusações levianas, algo utilizado para que a retirassem do banco. Indignada ela pede que chamem a polícia para os esclarecimentos da situação. Charla Le Clerry conta que não esperava uma acusação de roubo contra si, embora seja uma acusação rotineira contra travestis e prostitutas. Ela diz que,

[...] até diplomatas estão acostumados a agir dessa maneira. Eu mesmo tenho mais de 30 cheques sustados. Já estou enjoada dessa vida noturna de Brasília. É uma pobreza, sabe? Nem a boneca nem a mulher são vistas nas esquinas com um brilhante no dedo. Aqui não tem homem para pagar bem as bonecas”. (*CORREIO BRAZILIENSE*, Edição 06229, 1980, P. 17).

O contexto mostra que a atitude dela, para além da ideia de espetacularização ou histeria, é a reivindicação de alguém que clama por respeito, valorização e justiça, ainda que tenha que chegar no limite da própria existência. Por essa razão não é possível desconsiderar suas histórias, trajetórias, demandas, presenças e importância enquanto indivíduos, pois existe uma busca incessante por afirmação e autorrespeito.

A resposta de Charla não é apenas sobre o golpe e o calote sofrido, mas sobre o desejo de ter sua cidadania reconhecida. A homotransfobia é uma forma de se colocar em xeque a perspectiva cidadã de travestis e *gays*. Sobre as reações de Charla, sem dúvidas, a automutilação representa o auge do desespero: “me cortei todinha com uma gilete, na porta do banco, para que a polícia viesse e o obrigasse a me pagar o cheque”.

Quando me refiro ao roubo, eu não estou afirmando que isso não possa ocorrer, mas ao estigma que parece colar tão bem na imagem de indivíduos considerados indesejáveis, que mesmo não cometendo o delito, as acusações se tornam indefensáveis. Os estigmas provocam fragilidades e tornam essas pessoas vulneráveis, o que faz com que acreditem que sairão impunes ao aplicarem golpes e calotes. Sobre essa questão, Charla relata o seguinte:

Muitos homens de Brasília usam e abusam a gente. Depois dos “programas”, abrem a porta do carro, nos empurram, e ainda nos prometem porrada... só que comigo é diferente, porque, se um homem fizer um lance desses comigo, eu corto ele todinho com gilete. (*CORREIO BRAZILIENSE*, Edição 06229, 1980, P. 17).



A “gilete” enquanto elemento narrativo está presente na construção da representação do universo das travestis de várias formas. Não se trata de dizer que é o elemento principal e muito menos afirmar que todas elas utilizam, mas, certamente, faz parte da construção da defesa dessa vida, ou seja, para defendê-la qualquer instrumento é válido. Penso que é nesse momento que esse elemento se agrega a essas histórias. No caso específico, a ameaça com a gilete aparece como resposta à injustiça ou perigo, salvo quando Charla se automutila ao reivindicar escuta diante da opressão. Geralmente, nesses momentos entram em jogo a defesa da própria honra, no caso em questão, com as próprias mãos.

Com relação aos programas no centro da capital, ela diz que a depender do “cliente” há variações no valor dos programas, de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00. Observa-se aqui que o valor cobrado do bancário por Charla não foi o mais alto e isso talvez tenha aumentado sua revolta. Ela diz ao repórter: “Por isso mesmo não vacilarei em processar o bancário José Bancillon Vieira. A não ser que ele se assuma como um homem que fez “programa” com uma boneca e me pague o que deve”.

Em muitos momentos da matéria, o jornal se refere à Charla Le Crerry a partir de algumas denominações masculinas: “o homossexual”, “atendido”, “nervoso”. Isso demonstra a dificuldade em que a sociedade tem em lidar com alguns sujeitos sociais, especificamente aqui, as travestis, o que demonstra que existe uma questão estrutural. Neste episódio que envolve Charla Le Crerry, acho que o fato de estar com trajes masculinos na agência bancária tenha causado alguma confusão na construção narrativa. Como não é possível saber como ela estava vestida quando procurou o jornalista, tendo a imaginar que ela usava seus trajes femininos e que tenha abusado da sua feminilidade, algo que reforça sua denúncia enquanto travesti.

Com relação a essa matéria – “*Homossexual denuncia o golpe do cheque noturno*” – chama a atenção o bom tratamento por parte do Correio Braziliense no acolhimento à Charla Le Clerry. No que diz respeito à estrutura, destaco que existe uma organização, muitas vezes institucionalizadas, que irá ferir e marcar corpos travestis como o de Charla. Nessa perspectiva, quando se parte do corpo biológico, orientação sexual e não de sua identidade de gênero, os resultados são os danos à vida, mesmo entendendo os limites das referências e formas utilizadas no



período⁶. Ainda assim, Charla é ferida, enquadrada e desacreditada. Essa opressão ultrapassa o golpe sofrido, ainda que componha elementos da transfobia estrutural.

Sobre esse episódio, é possível depreender que a partir da denúncia feita, tanto a cidade e a identidade do seu grupo, quanto a territorialidade se impuseram nos elementos narrativos que compõem essa região da cidade e a própria identidade de Charla. Neste sentido, destaco as seguintes expressões: “boneca”; “à noite”, “eu fazia trottoir” e “Hotel Nacional”. A presença de travestis no centro do Plano Piloto imbrica vários pontos importantes em vivências como a de Charla Le Clerry, que ao responder ao jornalista sobre o porquê do seu nome, traz a seguinte afirmação: “uso esse nome porque gosto, acho que todo travesti gosta de ter um nome feminino”. Essa é a reivindicação objetiva do feminino.

A terceira matéria do Correio Braziliense que compõe esse trabalho está na Edição 06422, do dia 09 de setembro de 1980. Ela apresentou elementos interessantes acerca da diversidade presente no Centro do Plano Piloto. O título da reportagem – “À noite, a Lapa” – já anuncia a mistura cultural e a forma como a cidade se organiza para receber e acolher gente de todos os estratos sociais, que deixam suas cidades em direção à capital do Brasil, na esperança de uma vida melhor. A referência feita ao comparar o centro do Plano Piloto à Lapa é uma forma de destacar o quanto essa região da cidade é movimentada, especificamente aqui, no que diz respeito às diversões e sociabilidades sociais de toda a natureza.

Um quadrilátero de seis edifícios, mais de cinco mil salas e escritórios, cinco cinemas, quatro boates – duas exclusivamente para homossexuais –, seis fliperamas e mais de quinze bares e botequins de categoria duvidosa. Tanto de dia como de noite, há em Brasília, um lugar onde (quem conhece) não sente saudade da Lapa. Por uma dessas artes do destino, esse quadrilátero jamais idealizado por Niemeyer (a área ocupada hoje pelos Conjuntos CONIC, Barocat e Venâncio), planejado para ser o centro de lazer, o “boulevard desses cafés” da cidade, hoje não passa de um núcleo nervoso onde durante o dia o comércio e os negócios fazem leito: durante a noite, povoa-se de uma população soturna, exótica, aquilo que poderia chamar de passageiros da noite”. (*CORREIO BRAZILIENSE*, Edição 06422, 1980, p. 17).

⁶ Com relação à escrita, preservei o artigo masculino “o” em referência às travestis como está presente nas fontes. Isso nos ajuda a problematizar às formas narrativas utilizadas no período. Quando a referência é feita por mim, utilizo o artigo feminino “a” respeitando às demandas e exigências das próprias travestis nos dias atuais.



É muito interessante a forma com a reportagem desenha esse “centro nervoso” da capital do Brasil, sobretudo, quando articula as conexões entre os espaços. Ela aponta que esse comércio de diversões não pode descansar se não quiser tomar prejuízo, já que as pessoas trabalhadoras necessitam de extravasar depois de uma longa semana de trabalho. São nessas saídas que esses estratos sociais se misturam:

Violência? Tem, tem muita! Principalmente em fim de semana, quando todo mundo tem folga, sabe como é que é, sair de trás do balcão da loja ou canteiro e vir para cá, procurar mulher, encher a cara e você já sabe. Mas também tem gente fina, você sabe que , aqui tem muitos cinemas. Depois das sessões sempre tem quem pare pra uma cervejinha, mas a maioria vem mesmo é do balcão e do canteiro. Mas nunca morreu ninguém. Pelo menos que eu tenha visto ou sabido. Briga, sim, até faca já se puxou. Aqui, aqui embaixo, na boate dos travestis, tem uns botecos mais barra pesadas. Ali a coisa come feia certos dias, pois travesti não brinca, rapaz, vem logo em cima de você com gilete, canivete e tudo mais. Nem polícia encosta. Só depois de muita batalha. (*CORREIO BRAZILIENSE*, Edição 06422, 1980, p. 17).

A matéria traz um relato afetivo de José Florisberto, que chegou em Brasília por volta do ano de 1958, vindo da cidade de Surubim, uma cidade pequena e quente localizada no interior de Pernambuco. Por aqui, começou na construção civil, mas logo se tornou caixa de boteco. Em sua conversa ele não tem muitas recordações sobre a sua cidade porque saiu de lá muito cedo. É interessante como o trajeto feito por ele durante sua vida se alinha a outros milhares de caminhos percorridos na história de Brasília: ao sair de Pernambuco, Ceará, Sergipe, passa um tempo na Bahia e se assusta com São Paulo, imagino que seja com a grandeza. Mas quando se refere a Brasília, “miragem”: “[...] Beber a água daqui, me dizia um companheiro de obra, nos tempos ainda em que construía isso aqui, esse local todo aqui, beber a água daqui é ficar encantado”.

Essa referência “do se estabelecer aqui” e das práticas que incorporam ao que ele denominou “centro nervoso”, dizem muito sobre a construção dos espaços de sociabilidade de *gays* e travestis nesta região.

“Ficar encantado”... Quem conhece a região de que ele fala, uma área de pouco mais de 1.000 metros quadrados, superconstruída, onde se situa um dos “centros nervosos” da cidade. Integrando a Rodoviária ao Setor Comercial (outra microrregião nervosa da cidade), o Setor de Diversões Sul (como é oficialmente conhecido) completa um triângulo urbano que modifica totalmente a aparentemente simétrica fisionomia humana da cidade. Lá, vê-se gente em



movimento e preocupação. Durante o dia é a atividade comercial. Pura, fria, inflexível, mecânica. Brasília tem, ali seu reflexo diurno de urbe. À noite o local faz jus ao seu nome-rótulo-sigla: os jogos da noite iluminam todos os néons, todas as fachadas. As pessoas agrupam-se, descem dos ônibus, sobem as escadas rolantes e seguem no rumo de um pretexto qualquer, para alguma coisa que pretendem: alegria. (Ibidem).

O cinema parece ser um bom começo para quem quer curtir a capital. Primeiro um filme e depois aquela esticada no centro nervoso do Plano Piloto, onde a pluralidade se mistura, já que essa localidade conta com a presença de pessoas a qualquer hora do dia, “desde deputados (saindo do cinema, é claro) até os mais escandalosos travestis”. A pessoa entrevistada considera que esses indivíduos não são indecentes, mas gente que brinca, se diverte e que não faz mal, a não ser que sejam violentas com elas, caso isso ocorra, elas botam muitos que “se dizem machos” para correr. Com relação à prostituição, afirma que a frequência de mulheres e travestis na batalha se dá no Setor Hoteleiro Sul, próximo ao Hotel Nacional. Vale ressaltar aqui, que um *trottoir* no Setor Hoteleiro Sul ou no Setor Comercial Sul, por serem regiões muito próximas, acabam se conectando a partir do movimento dessas pessoas. A cidade não se conecta apenas pelas suas vias, mas, também, pelas pessoas e suas territorialidades.

A presença dos michês nessa região é algo frequente, embora, não seja dominante, quando comparamos às travestis. Os relatos desses garotos de programa que batalham na rua, participam de alguma forma da estrutura de funcionamento da prostituição, com suas devidas diferenças, é claro.

“... sabe de uma coisa, meu, eu não tô interessado no mundão. Aqui a gente vem mesmo é pra batalhar. A gente chega aqui por volta das dez, dez e meia e fica só esperando. Quando dá onze, meia noite, eles começam a chegar. Vão passando, olhando e dão um toque. Se a gente se amarra e combina um preço legal, vai embora. Senão fica esperando outro. Que sempre pinta. Sempre tem gente atrás de companhia. (CORREIO BRAZILIENSE, Edição 06422, 1980, p. 17).

Mesmo se tratando de uma reportagem que englobe outras figuras que transitam por essa região do Distrito Federal, fiz questão de focar na comunidade de *gays* e travestis, para se pensar nas apropriações espaciais e como a cidade ganha outros sentidos a partir desses grupos considerados dissidentes. A matéria traz um perfil demasiadamente humano para Brasília porque explora as narrativas construídas sobre esses territórios:



Toda cidade tem de ter o seu mundo noturno. Mas não o mundo desse povo elegante que tem grana para gastar com coisa fina. Quem quer coisa fina vai para o Lago. Você conhece a Lapa? Pois é. Aquilo que é diversão, o lazer, como diz você, dos que não tinham e não podiam sonhar com coisa fina. Que não tem cão, caça com gato. A gente daqui é sofrida mesmo. Muito. Você não vê ninguém com jeito feliz por aqui. Vê, sim, gente procurando. Procurando, de alguma forma, ser, isso sim, um pouco feliz. Mais pra esquecer a barra do dia a dia. Aqui é o único lugar de Brasília onde eu, pelo menos, que sou carioca, não sinto saudade da Lapa. (Ibidem).

Mas como toda noite acaba, essa região também precisa seguir seu curso: “as cinco horas da manhã, sol já despencando no seu caminho, as figuras escasseiam um pouco, mas sempre haverá algum rosto, mais de um rosto: pálidos, cansados, alguns no rumo da Rodoviária, outro se retemperando com mais uma cerveja. Mais uma cachaça.” Quem disse que Brasília dorme? É interessante a forma como essa matéria lida com o movimento de ocupação e desocupação dos espaços públicos da capital durante o período da noite. Isso está inscrito naquilo que Néstor Perlongher denomina territorialidades itinerantes (“um certo nomadismo urbano”). No caso específico de Brasília, mesmo que não haja fixidez por parte desses grupos, as dinâmicas do espaço são alteradas, como se fosse um novo desenho para esses lugares, o que representa um afastamento do projeto inicial. Assim, temos aqui uma cidade em constante movimento, e na mesma medida, nervosa, já que ela habita tantos territórios e suas tensões cotidianas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando observamos o conjunto das três matérias sobre esses espaços que compõem o gueto homossexual e travestis do centro do Distrito Federal, algumas questões ficam evidentes: a apropriação do centro do Plano Piloto; a forma como a sociedade, suas instituições e o Correio Braziliense se referem aos *gays* e às travestis a partir de uma narrativa – que em alguns momentos – impregnadas pela cisheteronormatividade; as transformações dos espaços por meio da sua apropriação e resignificação por esses grupos.

A forma como essa comunidade se apropriou dos espaços da região central de Brasília contribuiu para a construção de sua identidade, muitas vezes negligenciada quando pensamos a história do Distrito Federal. Nesse sentido, a “prática do espaço”, quando a gente pensa na teoria



defendida por Michel de Certeau, se torna uma ferramenta interessante na leitura dessas matérias. A cidade se transformou a partir dos seus caminhantes, por essa razão esses espaços ressignificados por *gays* e travestis, aqui entendidos como componentes do “centro nervoso” da capital, uma referência ao terceira matéria que compõe esse artigo, os colocam na condição de agentes transformadores.

Essa transformação representa uma potência por parte desses grupos na apropriação, estabelecimento de novos sentidos, mudança nas dinâmicas de funcionamento e fixação de suas marcas a esses territórios. É preciso destacar que o período que compõe essas matérias é o da ditadura civil militar encerrada em 1985, algo relevante, porque são momentos em que os discursos conservadores pautados nos bons costumes compõem as narrativas daquela ocasião. Especificamente, quando nos voltamos à matéria sobre o terminal rodoviário e ao golpe sofrido por Charla Le Clerry, ficam evidentes como essas estruturas narrativas marcaram definitivamente as histórias desses espaços e das pessoas que os frequentavam.

Sobre isso, o documentário “Branqueza, Ordem e Concreto”, ao trazer as tensões entre travestis e as instituições do governo do Distrito Federal em 2010 durante o governo Arruda, de alguma forma nos atenta para uma continuidade nas dinâmicas desses espaços. Essas continuidades nas dinâmicas de funcionamento do centro da capital, compreendem tanto a apropriação e ressignificação por parte de *gays* e travestis, quanto as posições mais conservadoras e autoritárias do Estado. Sobre esses posicionamentos vale a pena elencar alguns deles: as operações de limpeza feita por militares; os adjetivos utilizados para se referirem à *gays* e travestis no episódio da rodoviária por parte do superintendente e do próprio Correio Braziliense; as declarações do agente ao afirmar que as travestis representam “gente que não está de acordo com a sociedade”.

A forma como o jornal aborda a cidade na matéria – “À noite, a Lapa” – apresenta uma postura bem diferente das outras matérias. Talvez essa postura amena seja por não se tratar de uma matéria do caderno policial, ainda assim, é interessante destacar que ela traz aspectos que muitas vezes não aparecem nos noticiários quando envolvem *gays* e travestis. A utilizar a Lapa como referência ao centro do Plano Piloto leva em consideração os processos de migração para a capital. Dessa forma, a questão cultural e de memória é tão evidente, sobretudo, na pluralidade, algo presente nas palavras de Lúcio Costa anos depois da inauguração da capital.



Quando pensamos as questões que lidam diretamente com *gays* e travestis nessa matéria, é forte a maneira como o jornal conecta às pessoas aos espaços, e dentro deste processo, provocam a transformação, que é a concepção de um “centro nervoso”. Essa reportagem – “À noite, a Lapa” – contrapõe a estigmatização sofrida por esses grupos no centro da capital, como visto nas duas primeiras. Sobre a estigmatização, o antropólogo Gilberto Velho em seu texto – “Estigma e comportamento desviante” – nos ajuda a compreender a forma como se dá a relação entre a sociedade e as pessoas consideradas dissidentes das normas sexuais em seus espaços de sociabilidade. Quando a gente volta o olhar para lugares como a Rodoviária do Plano Piloto, o Setor de Diversões Sul e o Setor Comercial Sul durante as noites, o que prevalece na maioria das vezes é a marginalização desses espaços e das pessoas, o que constitui naquilo que Gilberto Velho denomina “um símbolo de estigma”, ou seja, vistas a partir do mesmo olhar lançado aos espaços que foram estigmatizados.

Embora sejam abordagens diferentes sobre o centro de Brasília, há um aspecto que parece cruzar a maioria dos casos, que é a não fixidez desse grupos nesses espaços. Há uma apropriação permanente, no sentido de ocuparem esses lugares todos os dias, mas as pessoas não se fixam a ele, o que caracteriza aquilo que Néstor Perlongher denomina Territorialidades Itinerantes, ao diferenciar as apropriações territoriais por *gays* nos casos americano e paulistano.

Mas as territorialidades flutuantes das Bocas paulistanas não podem ser assimiladas aos territórios fixos dos *ghettos gays* à americana. Em primeiro lugar, há uma territorialidade itinerante que não se subscreve a uma fixidez residencial – como acontece no caso americano, onde existem até bancos, casas de turismo, agências, só “de” e “para” *gays* – e que tem a ver com certa persistência ou insistência do nomadismo urbano. (PERLONGHER, 1988, p. 7).

As palavras de Perlongher servem de lentes para o entendimento das dinâmicas de apropriação dos espaços presentes em todos os episódios apresentados nesse artigo, incluo aqui o documentário. Porém, a terceira reportagem parece traduzir o momento em que grande parte das pessoas deixam o centro da capital ao amanhecer do dia e retornam aos locais em que moram. Todas essas questões elencadas por esse artigo, em alguma medida nos aproxima de como se deram os processos de apropriação e ressignificação do espaços da capital do Brasil por *gays* e travestis. Fiz questão de trazer abordagens diferenciadas para essa discussão como estratégia de mostrar que



gays e *travestis* são agentes nos processos históricos de construção da identidade de Brasília, e que mesmo em meio às tensões e tentativas de silenciamento e apagamento, construíram sua resistência e deixam todos os dias suas marcas em cada caminho dessa capital.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Correio Braziliense, Edição 04730, 10 de dezembro de 1975, p. 14. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Informações do Arquivo: Cód.: TRB00745.0199; Rótulo: 028274_02; Nome: Correio Braziliense (DF) - 1970 a 1979.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=Edi%C3%A7%C3%A3o%2004730&pagfis=68934

Correio Braziliense, Edição 06229, 28 de fevereiro de 1980, p. 17. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Informações do Arquivo: Cód.: TRB01398.0199; Rótulo: 028274_03; Nome: Correio Braziliense (DF) - 1980 a 1989.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_03&pasta=ano%20198&pesq=Edi%C3%A7%C3%A3o%2006229&pagfis=2108.

Correio Braziliense, Edição 06422, 09 de setembro de 1980, p. 17. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Informações do Arquivo: Cód.: TRB01398.0199; Rótulo: 028274_03; Nome: Correio Braziliense (DF) - 1980 a 1989.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_03&pasta=ano%20198&pesq=%E2%80%9C%C3%80%20noite,%20a%20Lapa%E2%80%9D&pagfis=9796

Correio Braziliense, versão digital, 07 de fevereiro de 2017. Disponível em:

https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/07/interna_cidadesdf,571412/policia-e-forcas-armadas-comandavam-prostituicao-no-df-na-ditadura.shtml. Acessado em: 12/05/2022.

COSTA, A. M.; MATOS, Elisa; MACDOWELL, Pedro. *Branqueza, Ordem e Concreto*. 2010. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKF9Ea22U3A>. Acessado em: 08/05/2022.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; ANDRADE, Keli Rodrigues de; VALVERDE, Danielle; ROSA, Thiago Mendes (Orgs.). *Índice de Oportunidade Humana (IOH) no Distrito Federal*. Texto para Discussão



TD - n. 3 (2015) Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/%C3%8Dndice-de-Oportunidade-Humana-IOH-no-Distrito-Federal.pdf>. Acessado em: 12/05/2022.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado a cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MADSON, Carlos Reis; VASQUES, Claudia Marina; RIBEIRO, Sandra Bernardes (Orgs). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília-DF: Iphan, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao_.pdf. Acessado em: 01/05/2022.

PERLONGHER, Néstor. *Territórios Marginais*. Comunicação apresentada no Simpósio “Territórios: diferentes enfoques hoje”, Congresso da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Campinas: UNICAMP, 1988.

VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.





SOBRE A AUTORIA

Alexandre Magno Maciel Costa e BRITO

Alexandre Magno Maciel Costa e Brito é licenciado em História pela UEG-Formosa/GO (1999); especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília–FE/UnB (2014); mestre em História Cultural e doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília UnB (desde 2/2019). Dedicado aos estudos sobre as formas com que travestis e gays, através da ocupação dos espaços e suas práticas cotidianas entre os anos de 1975 a 1995, ressignificaram o projeto urbanístico do centro da capital, ao mesmo tempo em que incorporavam a ele novos sentidos. É professor efetivo de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde o ano de 2002, onde desenvolve projetos voltados às questões de gênero, raça e inclusão na educação

Submissão: 13 de maio de 2022

Avaliações concluídas: 27 de novembro de 2023

Aprovação: 27 de novembro de 2023

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. Cidade Nervosa: apropriação e ressignificação do centro do Plano Piloto por Travestis e Gays (1970-1985). Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 24, N. 01, p. 01-24, jan./jul., 2024. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>
Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >